



## PARTE B

### ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Secretário-Geral

#### Despacho (extrato) n.º 50/2016

Por despacho do Presidente da Assembleia da República, de 9 de dezembro de 2015, e nos termos e ao abrigo do artigo 41.º da Lei de Organização e Funcionamento da Assembleia da República (LOFAR), republicada pela Lei n.º 28/2003, de 30 de julho, na sua atual redação, foi a licenciada Maria Antonieta Antunes Teixeira nomeada, em comissão de serviço, para o cargo de Diretora do Centro de Informática da Assembleia da República, com efeitos a 4 de janeiro de 2016.

16 de dezembro de 2015. — O Secretário-Geral, *Albino de Azevedo Soares*.

#### Nota curricular

Maria Antonieta Antunes Teixeira  
Nasceu em Luanda, Angola, em 05 de agosto de 1968  
Formação académica:

Licenciada em *Matemáticas Aplicadas — opção de informática*, pela Universidade Autónoma de Lisboa em 1991.

#### Experiência profissional:

Assessora Parlamentar do quadro de pessoal da Assembleia da República desempenhando funções no Centro de Informática desde março de 1999. Diretora do Centro de Informática da Assembleia da República desde janeiro de 2010. No exercício das suas funções procede ao levantamento das necessidades ao nível da informática e planeia as atividades anuais do Centro de Informática. Coordena e supervisiona a implementação dos planos de atividades, prepara e propõe o orçamento anual do serviço e acompanha a sua execução. É responsável pela organização e gestão dos recursos humanos do serviço que dirige. Colabora na elaboração dos programas de cooperação com os países de língua portuguesa e participa em conferências nacionais e internacionais da área de informática.

Em março de 1999 ingressou no quadro de pessoal da Assembleia da República onde desempenhou funções de administradora de sistemas informáticos e de base de dados Oracle. Ingressou na carreira técnica superior de informática da função pública em setembro de 1993, tendo desempenhado funções da Junta Autónoma de Estradas até 1999. Neste organismo desenvolveu aplicações informáticas de suporte à atividade do organismo e foi coordenadora de equipas de desenvolvimento aplicativo em ambiente Unix/Oracle. De 1991 a 1993 lecionou disciplinas da área curricular informática tendo paralelamente assumido as funções de coordenadora do Grupo de informática da escola onde prestava serviço.

#### Outra experiência relevante:

Participação em missões de cooperação internacional, a convite do PNUD, para levantamento das necessidades e elaboração de Planos Estratégicos para as Tecnologias de Informação e Comunicação para os Países de Moçambique, Angola e Palestina.

Coordenação do Grupo de Gestão da Entidade Certificadora da Assembleia da República, de 2010 a 2015.

209220168

#### Despacho (extrato) n.º 51/2016

Por despacho do Presidente da Assembleia da República, de 9 de dezembro de 2015, e nos termos e ao abrigo do artigo 41.º da Lei de Organização e Funcionamento da Assembleia da República (LOFAR), republicada pela Lei n.º 28/2003, de 30 de julho, na sua atual redação, foi a licenciada Cláudia Cristina Martins Ribeiro Diogo nomeada, em comissão de serviço, para o cargo de Diretora da Direção de Serviços de Apoio Técnico e de Secretariado da Assembleia da República, com efeitos a 4 de janeiro de 2016.

16 de dezembro de 2015. — O Secretário-Geral, *Albino de Azevedo Soares*.

#### Nota curricular

Cláudia Cristina Martins Ribeiro Diogo  
Data de Nascimento: 09/07/1965  
Habilitações literárias

Licenciatura em Direito, pela Faculdade de Direito de Lisboa (1983-1988), Pós-Graduação em Estudos Europeus, concluída em julho de 1989, na Faculdade de Direito de Lisboa; Pós-Graduação em Legística e Ciência da Legislação, pela Faculdade de Direito de Lisboa — 2004/2005; Curso de Alta Direção em Administração Pública (CADAP), INA, 2008; concluída a parte curricular do Mestrado em Gestão e Políticas Públicas (ISCSP) — 2012.

#### Experiência profissional

1988/89 — Estágio de advocacia;

1990 — Jurista do LNEC, exercício de advocacia

1990 a setembro de 1991 — Secretária-Geral da APIMINERAL — Associação Portuguesa da Indústria Mineral setembro de 1991 — Ingressou, por concurso público, no quadro de pessoal da Assembleia da República, como técnica superior jurista de 2.ª classe.

Até 2004 — Desempenho de funções como técnica superior na Divisão de Apoio às Comissões.

Entre 2004 e dezembro de 2005 — Diretora do Centro de Formação Parlamentar e Interparlamentar;

Entre janeiro de 2006 e dezembro de 2009 — Chefe de Divisão de Apoio às Comissões;

A partir de janeiro de 2010 — Diretora de Serviços de Apoio Técnico e Secretariado na Assembleia da República.

#### Trabalhos/obras publicadas

“Strengthening Parliaments through ICT: Experience and Lessons from the Portuguese Parliament” — capítulo do livro “E-Parliament and ICT-Based Legislation, Concept, Experiences and Lessons”, Sobaci, Mehmet Zahid, *et al.*, (2012), IGI, Global, EUA.

“Legislar no século XXI” — trabalho conjunto — Revista Legislação, cadernos de Ciência da legislação, INA, 2010;

Dois artigos da monografia “*O Parlamento na prática*”, um sobre o “Direito de Petição” e o outro (elaborado em coautoria) sobre “As Comissões Parlamentares” — ed. da Assembleia da República — 2008;

“*O Assessoramento Institucional ao Poder Legislativo — O caso português*”, publicação do Congresso brasileiro na sequência da participação, como conferencista, no seminário sobre “O Assessoramento Institucional ao Poder Legislativo”, Brasília, 2007;

Nota Explicativa sobre o Código do Trabalho — publicação da Assembleia da República — 2003;

“*A Participação no Procedimento Legislativo*” — em coautoria com Ana Vargas, publicado in Cadernos de Ciência da Legislação 30/31, INA, Volume II, janeiro-junho de 2002;

“*Funcionamento e Perspetivas da Comissão de Petições*” — publicação da Assembleia da República, por ocasião da realização do colóquio parlamentar sobre Direito de Petição, maio de 1995.

#### Missões específicas:

Coordenação do apoio técnico ao Grupo de Trabalho para a Consolidação Legislativa, que funcionou na XII Legislatura, na dependência direta da Presidente da Assembleia da República e organização da Conferência internacional sobre Simplificação e Consolidação da Lei, que decorreu na AR em maio de 2015;

Participação em projetos de cooperação internacional, nomeadamente de *twinning*, o último dos quais apoiado pela UE e coordenado pelo Parlamento da Hungria, para modernizar o Parlamento do Kosovo (elaboração da lei orgânica do Parlamento e do Estatuto dos Deputados — Pristina, 2012 e 2013);

Participação, como oradora, em Seminários do CERDP (Centro Europeu de Pesquisa e Documentação), nomeadamente no seminário “Public involvement in the procedure of the drafting and enactment of laws” — Parlamento da Croácia, junho de 2015 e na Assembleia da República, sobre *Parli@ments on the Net VII* (apresentação sobre *Citizens’ participation in the legislative procedure — best practices*) 2009;

Formadora na INA, no Curso da Feitura das Leis (2011), no módulo sobre o Processo Legislativo Parlamentar;

Participação em diversos estudos e trabalhos, quer a pedidos de outros parlamentos, quer de organizações internacionais, como a OIT e